

Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 18, n. 1, p. i, jan./abr., 2007.

Editorial

13ª Conferência Nacional de Saúde e o papel do controle social no Sistema Único de Saúde - SUS

Elisabete Ferreira Mângia

Após quatro anos da realização da 12ª Conferência Nacional de Saúde, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) e o Poder Executivo irão convocar para os dias 14 a 18 de novembro de 2007, em Brasília – DF a 13ª Conferência Nacional de Saúde.

Para este ano o tema escolhido foi “**Saúde e qualidade de vida: Política de estado e desenvolvimento**” aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde em fevereiro de 2007.

O Calendário previsto para a realização de todas as etapas que devem anteceder a Conferência Nacional é o seguinte:

Para a realização das Conferências Municipais, de 1ª de abril a 5 de agosto de 2007; e para a etapa estadual de 15 de agosto a 15 de outubro de 2007.

A Conferência Nacional de Saúde é a instância máxima do controle social no SUS e conta com a participação de vários segmentos sociais, tendo como objetivo avaliar e propor as diretrizes para formulação da política de saúde nas três esferas de governo: Nacional, Estadual e Municipal. Deve ocorrer a cada quatro anos, como o previsto na Lei 8.142/90.

Apesar do SUS ser um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, sua consolidação e permanência ainda se constitui em um desafio permanente para os cidadãos e governos identificados com a luta pela continuidade das Políticas Sociais. Nosso sistema de saúde ainda não atende de forma equânime, integral e com qualidade a todos que dele necessitam.

Há inúmeros obstáculos a serem removidos e dentre eles, um dos mais importantes talvez seja o das condições de trabalho, remuneração e formação dos profissionais de saúde. Há marcantes desigualdades na gestão e valorização dos recursos humanos se considerarmos o país como um todo, assim como nas ofertas assistenciais que respondam às necessidades dos diferentes grupos sociais que acessam esse sistema.

Em nosso campo de ação específico, identificamos a fragilidade das ações e políticas destinadas às populações vulneráveis, dentre as quais destacamos as pessoas portadoras de deficiência e transtornos mentais severos. Em muitos territórios a quase total falta de assistência a esses grupos ainda é a realidade.

E é exatamente por esses motivos que a participação de todos os setores sociais e profissionais organizados de torna tão importante nesse momento, pois podemos contribuir na elaboração e propostas e na pressão social para que o SUS tenha continuidade, seja aprimorado e responda, cada vez mais, às expectativas e necessidades da população.

Do ponto de vista da ação dos profissionais de saúde, é fundamental que nos organizemos para a discussão sobre a necessidade da valorização dos recursos humanos em saúde e da avaliação sobre a necessidade da definição de uma carreira nacional única que possa enfrentar e equilibrar as graves diferenças regionais e os desajustes nas formas de contratação e administração dos recursos humanos no SUS.

Para a Terapia Ocupacional também se faz necessário o desenvolvimento de ações corporativas específicas que visem à inserção e ampliação de profissionais na Atenção Básica e nos diversos Programas implementados pelo Ministério da Saúde e especialmente, na sensibilização dos gestores municipais no desenvolvimento de ações que respondam às necessidades dos grupos vulneráveis.

Assim, devemos refletir sobre o nosso papel e participação organizada nas Conferências de Saúde.

Mãos á obra!

Editora da Revista de Terapia Ocupacional da USP e docente do curso de Terapia Ocupacional da FMUSP.